

POR UMA ESCRITA INDÍGENA: Meu ser, minha voz, minha autoria

FOR AN INDIGENOUS WRITING: My being, my voice, my authorship

Adriana Barbosa Pesca¹

<https://orcid.org/0000-0003-3262-8233>

Alexandre de Oliveira Fernandes²

<https://orcid.org/0000-0002-1556-4373>

Edson Kayapó³

<https://orcid.org/0000-0002-8747-0528>

RESUMO

O texto faz um convite a uma reflexão acerca da produção de autoria indígena tendo como ferramenta a escrita, um chamamento para que pensemos a escrita indígena como instrumento de resistência, por meio da qual as vozes dos povos subalternizados se auto representem, não mais prendendo-se aos agenciamentos silenciadores. Faz uma exortação quanto ao potencial de militância dos escritos e produções indígenas e sobre a importância de seu papel para a divulgação dos saberes ancestrais dos diversos povos, através de sua voz-práxis-autoral, indo de encontro aos discursos que, historicamente, criaram a imagem do índio genérico, romântico e preso ao passado.

Palavras-chave: Autoria indígena. Escrita. Resistência.

ABSTRACT

The text invites us to reflect on the production of indigenous authorship using writing as a tool. It is a call for us to think of indigenous writing as an instrument of resistance, by means of which the voices of subordinate people represent themselves, no longer attaching to silencing assemblages. It presents the militancy potential of indigenous writings and productions and the importance of their role in the dissemination of the ancestral knowledge of different peoples. The study goes against the historical discourses that sees the Indian as a romantic and imprisoned person.

Keywords: Indigenous authorship. Writing. Resistance.

¹ Especialista em História da Cultura Afro-brasileira e africana (FACSA). Estudante de Mestrado de Ensino e Relações Étnico-Raciais-PPGER, UFSB – Universidade Federal do Sul da Bahia. drikinhapeska@hotmail.com.

² Doutor em Ciências da Literatura (UFRJ); Professor de Língua Portuguesa e Literatura do IFBA; professor permanente do Programa de Pós-graduação em Relações Étnicas e Contemporaneidade/PPGREC/UESB/Jequié; professor permanente no Programa de Pós Graduação em Ensino e Relações Étnico-Raciais – PPGER, da Universidade Federal do Sua da Bahia – UFSB. E-mail: aleandre.pro@gmail.com.

³ Doutor em Educação: História, Política, Sociedade (PUC-SP). Professor efetivo do Instituto Federal da Bahia (IFBA), Porto Seguro, Bahia. E-mail: edsonkayapo@hotmail.com.

1. INTRODUÇÃO

Durante um longo período, as produções escritas acerca do indígena, muitas vezes repletas de ideias distorcidas e estereotipadas como o mito do bom selvagem ou as ideias romantizadas sobre o índio dócil, partiram de uma ótica do outro, normalmente um outro não-indígena, o chamado “homem branco”. Por muito tempo perpetuou-se a história do silvícola, como um modelo inerte de um índio genérico que perdura até os dias atuais, inclusive disseminando uma falácia sobre o que de fato é ser “índio”, em que o próprio termo já denuncia uma tentativa de moldar grupos étnicos diferentes, em um único e generalizante contexto histórico e cultural, o do passado.

As mudanças contextuais que levam à necessidade de que diferentes elementos sejam inseridos com vias de fortalecimento, não apagam e nem desconsideram o valor de elementos importantes da cultura tradicional. Desse modo, pensarmos a escrita como instrumento desse diálogo, não é colocá-la acima da oralidade, uma vez que reconhecemos que esta última é marca ancestral e precisa continuar ocupando seu lugar de valorização. Assim, trazer a escrita para o centro dessa discussão é aliá-la também à linguagem oral, equacionando novas perspectivas que acolhem a voz já existente de um povo por muito tempo silenciado, cujas vozes eram sempre trazidas por outrem.

A escrita, ainda que considerada uma forma de linguagem que culturalmente não pertence aos povos originários, foi inserida na realidade desses povos de maneira arbitrária e hoje se tornou, inclusive, um grande desafio dominá-la bem. Desse modo, considerar que essa escrita seja também uma forma de autonomia propõe novos caminhos de resistência. Não se trata apenas do registro do povo pelo povo, mas de que essas vozes antes silenciadas possam agora falar por si mesmas também através da escrita, reelaborando a forma como muitas vezes a história foi disseminada e protagonizando espaços de fala que não lhes pertenciam.

É importante refletirmos aqui, o papel da autoria indígena, como uma forma de ressignificar o sentido de autoria, considerando as diversas nuances desse conceito. Autoria indígena não seria, portanto, a mera identificação de um

sujeito indígena que produz escrita, mas acima de tudo, uma marca importante dessa representação indígena numa retomada do seu local de fala. Isso não quer dizer, no entanto, que não haja legitimidade na escrita de autores não indígenas que versam falar sobre as temáticas indígenas, mas que uma escrita indígena representa um novo e importante espaço de enunciação para o indígena e que essa ação está dotada do ato responsivo da voz do coletivo que uma autoria indígena precisa e deve representar.

Está claro para nós indígenas, que essa escrita é muito questionada, pois, considerar que os povos subalternizados estejam falando por si mesmos é assumir que o poder hegemônico não tem mais domínio sobre seu pensamento e sua história, isso cria um abismo na relação de dominação destes sujeitos que por um período nebuloso da história foram calados. Portanto, pensar essa escrita, a partir da representação de um coletivo como algo que faz parte de um movimento de resistência que fortalece tais vozes, produz incômodo ao poder hegemônico e seus mecanismos de silenciamento.

Para se compreender como é possível fazer-se autor é necessário que haja antes de tudo a compreensão do sentido de autoria. Sobral (2009), em suas análises sobre o Círculo de Bakhtin, extrai a essência do ser humano como sujeito de sentido, visto que é um sujeito de linguagem, sendo capaz de construir uma relação simbólica com o mundo à sua volta. Assim sendo, o autor é um sujeito no mundo, mas, não pode considera-se autor do mundo. O conceito de autoria ao se pensar no papel da escrita indígena revela sua dualidade, uma vez que é importante que tomemos essa autoria como algo que se dá para um coletivo de vozes e não para enaltecimento de quem produziu o texto individualmente.

A partir dos escritos da professora Doutora América Lúcia César Silva, em seu livro *Lições de Abril: construção de autoria entre os povos Pataxó de Coroa Vermelha*, em seu capítulo II, intitulado *Autoria e autonomia: discussão dos conceitos*, a autora apresenta o conceito de autoria partindo de sua própria trajetória e refletindo acerca do conceito de autonomia tentando empreender sua tradução na perspectiva de afirmação das ações políticas e “reconstrução das minorias étnicas” (2002, p. 78) definido por ela como autoria/autonomia. A partir

do olhar de que os indígenas devem ser protagonistas de suas histórias e precisam eles mesmos legitimá-las, pois, são os donos.

Desse modo, a representatividade de um autor não pode estar apenas no processo da escrita, como dissociado de seu poder de visão e quiçá de sua própria vivência, seja ela transitória ou permanente. A construção de autoria deve partir de um princípio que envolve autor e obra como algo imbrincado, estabelecendo-se um vínculo de relações quase progenitor, assim, será possível, exercer o papel de autor, mas, ao mesmo tempo, manter a essência do humano cuja linguagem é um instrumento forte de emancipação.

É importante que o papel do autor esteja bem delimitado, de modo que não haja dúvida de sua relação interativa e de sua posição axiológica. Não se pode compreender valores que são externos à condição de quem o narra, a partir de um olhar de observador. Entender valores requer associá-los às suas práticas cotidianas ou percebê-la como parte significativa de sua construção enquanto pessoa. Faz parte de uma ressignificação que se estende pelas vias da sensibilidade, da vivência, da busca do eu. Nesse sentido, as impressões que são obtidas, se carregadas de um produto ideológico, pode partir do pressuposto desta visão, de modo a estabelecer uma nova interpretação acerca de uma dada realidade

Tudo o que faz parte do mundo das relações humanas pode ser considerado um produto ideológico. Dessa forma, tudo que faz parte da nossa realidade se torna ideológico, possui um significado elaborado pelo(s) sujeito(s) através das relações realizadas no contexto social. Esse significado ideológico abre várias possibilidades de interpretação e leituras, uma vez que a realidade não é uma verdade única, mas diversos pontos de vista e sentidos que são construídos no processo dinâmico da comunicação. É uma proposta para o fim de uma visão monovalente da linguagem, aquela propagada pela classe dominante, que busca prender os sentidos de uma palavra nos compêndios escolares e ignora os aspectos reais do signo vivo, móvel e pluralente. (FERREGUETT, 2014, p. 122)

A escrita passa a ser, no âmbito dessas reflexões, um elemento de afirmação da identidade, revelando novas perspectivas e reformulando papéis. É algo que colocará o indivíduo diante dos desafios de ser voz para um coletivo, embora, caracterizando sua fala através de suas particularidades, mas expondo

elementos que não se confundem e que não serão apenas colocados ou expostos, serão valorizados a partir da ótica do pertencimento. Nesse ponto, nos deparamos com aspectos não apenas culturais, mas também ideológicos, uma vez que fará parte de uma construção cujos ideais de afirmação precisarão nortear e alimentar.

As produções escritas por indígenas não devem ser concebidas como uma descaracterização dos traços ancestrais, mas antes, um meio pelo qual essas epistemologias se conectam com a contemporaneidade. Os valores orais continuarão ocupando seus espaços de valorização, os sábios anciãos que carregam consigo essas sabedorias ancestrais continuarão sendo os principais vínculos com nossa história e o respeito pela figura desses homens e mulheres de sabedoria seguirão sendo exaltados.

Desse modo, esse caminho da escrita não deve ser encarado como uma perspectiva anulatória, mas como um novo compósito para que esses saberes circulem, sendo divulgados, que sejam respeitados, para que os equívocos não se perpetuem e os silêncios mórbidos não sigam na sua ânsia de matar os povos os ocultando por trás das narrativas dominantes e dando aos povos um lugar de embelezamento mudo.

Muito mais do que reforçar os silenciamentos ou enquadrar-nos em categorias estabelecidas pelo poder dominante, essa escrita é mecanismo de uma nova forma de enfrentamento, trazendo ao seio das intelectualidades esses indígenas e com eles todo o coletivo de vozes que sua cultura plural é capaz de carregar. Ela não anula, mas acrescenta algo a ser instituído como mais uma maneira de se fazer ouvido, as outras vozes ancestrais não se calam para que essa possa aparecer, pelo contrário, é a partir dessas vozes ancestrais que a gênese de uma escrita indígena deve acontecer, deve ser ela o viço que traduz em outra linguagem os nossos gritos de outrora, alimentados por outros movimentos de manifestação de nossa cultura e possibilitando com que haja uma conexão possível e necessária entre o ato da escrita e o ato da oralidade. Assim, é importante não perdermos de vista o que esta escrita indígena vem provocar.

Na literatura indígena brasileira, os escritores empenham-se em esclarecer que a cultura indígena é formada por diferentes

grupos, que possuem tradições e práticas diversas entre si. Reiteram que não são um monólito homogêneo e fenotípico que justifica o rótulo de índios do Brasil. Seus lugares de fala são os de ancestralidade e pertencas étnicas, uma vez que são Munduruku, Potiguara, Guarani, Sateré-mawé, Dessana, Kambeba, entre outros. Desse modo, a leitura das obras desses autores de etnias diferentes cooperam para o conhecimento de diferentes lugares de fala, cuja expressão se anuncia a partir da própria alteridade. Diferentes projetos literários, nesse sentido, encontram-se dentro desse sistema, anunciando diferentes mensagens elaboradas criativamente, a partir de materiais ancestrais, históricos, estéticos, políticos, etc. (DORRICO, 2018, p. 230)

2. AUTORIA E AUTONOMIA: DESAFIOS E EMERGÊNCIAS DA ESCRITA INDÍGENA

Ao pensarmos em autoria indígena é necessário mensurar todos os desafios que descortinam sobre ela. Questões como: a escrita é de fato relevante para esses povos? Há realmente uma necessidade para o povo indígena que se haja registros sobre eles? O domínio da escrita é uma realidade desses povos? Que tipo de escrita produzida pelo povo Pataxó seria considerada como autoria indígena? Ou ainda, que tipo de escrita produzida pelo povo seria considerada como modelo de escrita para o outro?

Questões como a citadas acima revelam o quanto falar de autoria indígena por meio da escrita requer uma ampla reflexão sobre os entrecaminhos que é preciso percorrer para que tal entendimento se faça. É importante que o conceito de autoria e de autoria indígena possam ocupar lugares diferentes em nossa compreensão, uma vez que agregar ao conceito de autoria indígena as mesmas perspectivas do conceito de autoria construído na Idade Moderna, é algo preocupante, pois pode se deparar com contradições entre os objetivos de uma escrita indígena e concepção que é marca desse conceito de um modo geral.

Os povos indígenas são historicamente compreendidos ao longo do tempo por serem povos de cultura oral, tendo nesta, uma grande importância como elemento próprio de sua cultura. Desde muito tempo, narrativas e marcos históricos foram disseminados, geração após geração, por meio da oralidade, dos contos e recontos das diversas histórias que compõem todo o processo de

construção de sua historiografia. Isso se deu em primeiro plano, por a escrita não fazer parte da cultura desses povos, sendo esta inserida de maneira diferente ao seu idioma, no período Jesuítico, o que não tornou a cultura oral desvalorizada, tampouco despertou o interesse dos indígenas da época, pois, não constituíam algo de importância para sua cultura.

A literatura oral ocupa, no entanto, um local delicado em torno do qual, muitas discussões se contrapõem. Segundo D'Angelis (2007) em seus escritos, existem critérios a serem propostos antes de tornar essa abordagem mais abrangente, um deles é que “a mera transposição, para a escrita, de um texto de literatura oral, não constitui uma literatura escrita” (2007, p. 24). De modo, que ao se pensar na oralidade, não se pode simplesmente se pensar em narrativas que se constituem literatura, mas, é necessário compreender a essência dos saberes propostos por meio delas, sendo esta, parte de uma compreensão da cultura que só se é feita por quem a vive.

Desse modo, fica claro que, para tornar-se autor, não nos basta apenas escrever narrativas que já possuem existência no campo da oralidade, isso seria mais uma transcrição, é necessário que a essência da história do povo se faça presente. Refletimos isso, através da afirmativa que diz que: “ao se escrever algo (uma narrativa, por exemplo), que antes vivia no mundo da oralidade, não se estaria apenas “deitando no papel” ou simplesmente” transcrevendo”, mas, também, “recriando” o texto, ou alguma coisa nesse sentido.” (D'ANGELIS, 2007, p. 24).

Em sua conferência sobre “O que um autor”, o filósofo Foucault dá-nos uma dimensão reflexiva de seu lugar/posição e de seu papel. O autor é tirado de cena para ilustrar que o texto pode falar por si só e que é no leitor que esse texto se configura como elemento de enunciação. Ele afirma que “o nome do autor não é um nome próprio como os outros” e que “ele exerce certo papel em relação ao discurso.” (Foucault, 2002. pág. 13). Ora, se a ideia de autoria numa perspectiva de escrita indígena está atrelada à ideia de autonomia e protagonismo, é necessário então, nos deslocarmos dessa dimensão de posição do autor, antes por uma questão de compreensão acerca do papel dessa autoria indígena, do que propriamente por uma necessidade de que as marcas individuais do indígena que escreve ou assina o texto precisem aparecer.

É preciso, portanto, redimensionarmos o conceito de autoria com essa dimensão da função-autor e a pensarmos sob outras perspectivas. Compreendendo os novos contextos em que a hegemonia aponta para silenciamentos e para a autorização de quem está ou não autorizado a falar nesses espaços, a invenção de dispositivos que favorecem essa posição de subalternização imposta pelo poder dominante nos conduz a pensarmos estratégias de subversão dessa ordem. Pensar na escrita como fruto de uma escolarização massacrante que tirou dos povos indígenas, inclusive o direito a expressar-se em sua própria língua e, colocá-la aqui como um instrumento de resistência, é atribuir a ela um papel estratégico.

Assim, América César (2002) nos ajuda a refletir sobre isso ao afirmar que:

No caso de grupo cuja tradição é basicamente oral, a apropriação da escrita e outras práticas discursivas, no sentido da contraposição ao silenciamento historicamente determinado, de certo modo, pode levá-las a falar por si mesmas e a produzir deslocamentos nas posições subalternas. Tais práticas podem não ser autorizadas, entretanto, no curso dos próprios movimentos, elas se autorizam (CÉSAR, 2002, p. 89).

A luta dos povos indígenas pela autonomia seja em suas formas de organização, seja no respeito às manifestações culturais, também evocam um novo olhar sobre as práticas em busca dos direitos para que essa autonomia se consolide. Projetos políticos, lutas territoriais, a luta por uma educação específica, o ingresso de indígenas nas academias, são formas de fortalecimento das práticas de resistência. A autonomia desses povos implica em fazerem caminhos distintos, mas que precisam se encontrar nos objetivos de uma construção coletiva. Assim, a escrita e a produção de autoria é também movimento de fortalecimento dessa autonomia, do “falar por si mesmos”. É importante percebermos que falar de autonomia num plano individual é quase impossível, uma vez que sua concretização efetivamente só se dá no plano coletivo. América César observa que:

O conceito de autonomia tem a sua utilidade, inclusive para a compreensão da autonomia. Esse movimento de autoria/autonomia, recoberto pela opacidade e pela ilusão da

transparência, não se faz somente submetido às determinações do habitus, do inconsciente, das instituições, do discurso. É constituído nesse jogo de forças contraditórias a partir de desejos, sonhos, utopias, necessidades de sujeitos concretos e constituídos na práxis. Se as formas de enfrentamento da heteronomia dependerão da história e da cultura, assim como da utopia, dos desejos e das necessidades de cada um, também teremos diversas formas locais de autonomia, com diversas maneiras de se manifestar, constituindo assim, nesses movimentos, práticas de autoria. (CÉSAR, 2002, p. 95)

Autoria e autonomia ocupam um lugar complexo, mas claramente compreensível quanto às necessidades e emergências que os alimentam, não sendo possível que haja um distanciamento total das subjetividades do sujeito indígena que escreve, uma vez que sua subjetividade está carregada das marcas de sua ancestralidade, mas sendo possível que esse sujeito, ainda que dotado de subjetividades relacione-as com aquilo que o sustenta enquanto ser, ou seja, por aquilo que o constitui e do qual ele faz parte, desse coletivo de sentidos que forma o todo ao qual ele, mesmo individualmente, pode representar.

Tal qual um indivíduo indígena que age em prol de si mesmo em uma ação negativa é capaz de ser considerado em sua representação no todo, ou seja, como mesmo sendo uma ação individual ela reflete em seu coletivo, a produção de uma autoria indígena precisa conceber-se como algo coletivo, mesmo que assinada por um indivíduo.

Portanto, esses dois termos, autoria e autonomia, produzem novos sentidos quando os pensamos no contexto dos movimentos indígenas. Essa relação estabelece também uma ideia acerca do agenciamento e da (re)representação explicitada por Gayatri Chakravorty Spivak, em sua obra "Pode o subalterno falar?", evidenciando o duplo silenciamento dos subalternos, o primeiro ao não deixa-lo falar e o segundo, ao supostamente deixa-lo falar por meio das pseudo-representações.

Dois sentidos do termo "representação" são agrupados: a representação como "falar por": como ocorre na política, e representação como "re-representação", como aparece na arte ou na filosofia. Como a teoria é também apenas uma "ação", o teórico não representa (fala por) o grupo oprimido. (SPIVAK, 2010, p. 31).

A ideia de agenciamento abordada pela autora indiana propõe que repensemos a ideia de que, intelectuais (e pesquisadores não indígenas, no caso específico desta pesquisa), ao representarem essas vozes subalternas (podendo-se aqui também, pensar na posição subalterna ocupada pelos povos colonizados) não estariam os representando no sentido em que se concebem os ideais de representatividade desses grupos, mas se estaria falando por eles e, desse modo, dando continuidade a um silenciamento histórico, na medida em que, o que ali está representado é apenas parte de uma observação, sem, no entanto, estabelecer uma relação vivencial com o contexto ao qual se diz representante.

Ao colocar em xeque o uso dos termos alemães, *vertretung*, “falar por” e *darstellung*, “representação”, Spivak revela-nos a descontinuidade entre esses dois sentidos de representação, permitindo-nos refletir acerca da dificuldade de agenciamento dos sujeitos subalternizados, o que propõe uma reflexão ainda mais necessária em torno das questões de autoria indígena, pois, desloca-nos para um contexto histórico em que o “falar por” parecia ser a única maneira de dar voz aos silenciados, de modo que, levando-se em consideração que somente após muito tempo pós-colonização é que essas vozes começaram a ser consideradas necessárias, ocupar o lugar de autores dessas vozes ainda seria por muito mais tempo, uma incômoda chaga social, na medida em que dar voz, é também reconhecer que o papel dos intelectuais/pesquisadores passariam a ocupar um outro local de destaque, não mais como porta-vozes, mas como promotores de espaços por onde essas vozes pudessem ecoar.

Desse modo, repensar o conceito de autoria no campo da escrita indígena é considerar as ressignificações e deslocamentos possíveis para esse entendimento. Não pode e nem deve se tratar de deslocar apenas o termo ou seu conceito, mas de rever tais conceitos, reelaborar tais significados e permitir outros desdobramentos em torno deles. Ainda por meio dos escritos de América César (2002), ela nos ajuda a pensar sobre essa questão quando afirma:

A partir do conceito de autoria, portanto, tento compreender a complexidade de determinadas práticas sociais, ao tempo em que implicam agenciamentos, descontinuidades, deslocamentos culturais, políticos ou sociolinguísticos. Pensando desse modo, estão imbricadas a intersubjetividade, a (co) autoria e a

produção discursiva na sua dinâmica político cultural, como condições fundamentais para a constituição do sujeito crítico, enquanto construção coletiva, que aqui se associa ao conceito de autonomia. Todas essas contribuições teóricas, associadas à trajetória que já vinha desenvolvendo no sentido de direcionar a concepção de autoria para a compreensão das práticas políticas e culturais observadas, condizem a uma reconsideração do papel dos atores envolvidos nessas práticas. Compreender a autoria no sentido que foi definido aqui, como construção de autoria/autonomia, enquanto práticas coletivas significa dizer que o sujeito-autor (ouvinte/falante/escritor/leitor), para se constituir, sustenta-se no sujeito político, que, por sua vez, constitui-se na própria práxis, no sujeito que afirma a sua diferença numa prática inteligente. Ou seja, no momento em que o sujeito fala, age a partir de certa identidade, de uma memória, de uma posição discursiva determinada, mas a sua voz se sustenta no sujeito operante, no sujeito que faz escolhas, deseja, tem a utopia, transforma-se incessantemente, é múltiplo, é cambiante. (CÉSAR, 2002, p. 97)

É possível compreendermos que o papel da autoria e da escrita não estão relacionados a uma necessidade, mas a uma nova emergência dessas tantas transformações sociopolíticas que produzem novos enfrentamentos. Aqui, nesse momento de nossa reflexão, o que deve ser posto no centro de nossas ideias, não é o formato de uma escrita aceitável ou não, embora se reconheça que a escrita por si só já é dotada de signos que precisarão fazer-se presentes, mas o que é preciso repensar é quem são os produtores dessa escrita, a partir de que lugar eles estão falando, como os seus discursos precisam impactar numa mudança de pensamento e de imagem desse sujeito indígena, numa desconstrução do misticismo e do folclorismo, considerando as epistemologias que fazem parte de sua gênese, considerando principalmente que existem diferenças entre os diferentes povos, diferenças entre os semelhantes povos, diferenças entre as diferentes etnias e mesmo dentro delas.

Autoria muito mais do que o reconhecimento de quem escreveu, numa perspectiva de posição do autor, é a desterritorialização dos subalternizados, cujas vozes não eram suas, e sua reterritorialização para o terreno das práticas autorais, de serem eles mesmos vozes uníssonas, consoantes aos desejos do coletivo ao qual elas pertencem.

3. ESCRITA INDÍGENA: PROTAGONISMO E RESISTÊNCIA

As narrativas orais indígenas são parte de uma construção histórica e cultural que perduram até os dias atuais. Ainda que as mudanças sociais e de contexto dos espaços e ambientes nos quais os povos indígenas transitam e se fixam, tenham gerado novas formas de construção de saberes, o resgate das narrativas, sempre através da oralidade, não deixaram de fazer parte do conjunto de elementos por meio dos quais os Pataxó de Coroa Vermelha utilizam-se para fortalecimento da cultura. Elementos como a língua, os cantos, as narrativas históricas, as narrativas de origem, dentre outras tantas que estão inseridas nas práticas de contar e recontar tais acontecimentos, têm na oralidade o seu maior aporte.

É importante, no entanto, compreendermos que a escolarização trouxe consigo outros elementos que estabelecem a existência de instrumentalização de uma série de outros códigos linguísticos que passam não somente a fazerem parte das aquisições do povo Pataxó, bem como, de muitos outros povos da região, como conduzem a uma outro desafio, o de domínio desses códigos, como é o caso da escrita e da leitura.

As novas organizações políticas e a necessidade de se apropriar de ferramentas múltiplas para a defesa de direitos, a inserção em novos espaços da sociedade brasileira, a garantia das formas de organização preconizadas pela constituição e tantas outras urgências e emergências que passaram a compor os cenários das lutas indígenas, apontaram para o fortalecimento de uma luta armada, mas não de instrumentos de luta corpórea, mas com instrumentos do outro, por assim saber, o domínio da escrita, numa perspectiva ampla, ou seja, não somente pensando-se numa produção de autoria literária ou de registros de narrativas orais, mas também na produção intelectual, para a circulação em espaços que visibilizem essas vozes. Obviamente que está bastante claro que esse desafio não depende apenas de o indígena apropriar-se dessa técnica, existem muitos outros enfrentamentos que se fazem necessários para que essas vozes de fato façam-se ouvir.

A autoria indígena através da escrita propõe repensar essa autoria que nos remete à construção de um texto que após produzido precisa ser assinado por alguém. Autoria aqui requer pensar numa relação de quem se escreve com aquilo que se escreve, onde nas marcas de sua escrita possa ser possível nutrir-

se da seiva dos acontecimentos, pois eles não passam pela ideia de propriedade de uma escrita, mas de apropriação de um lugar, da superação do “falar por” já mencionado nas ideias de Spivack, do lugar de voz desse subalterno que nem sempre pode falar.

A escrita é nesse sentido, o objeto, a autonomia, a autoria e a afirmação identitária, os objetivos. Usar estratégias de ressignificação e reelaboração desses elementos, tornando a escrita uma aliada das perspectivas de autonomia e afirmação, elaboram um novo plano na medida em que propõem aos indivíduos a apropriação de suas vozes e discurso, levando em conta as relações axiológicas. Passa-se a partir daí a não permitir que o lugar de fala seja visto de maneira superficial e coparticipante. Reflitamos então a fala de César, 2002, que nos diz:

O problema principal da alienação está em que ela se instala numa ordem profundamente desigual, transformando a alteridade em subalternidade. Contrapõe-se então, à subalternidade que se dilui no anonimato social e a alienação à serviço da manutenção do estabelecido, uma construção de autoria no sentido de autonomia – uma autonomia utópica, talvez, mas certamente materializada no horizonte local, nas práticas direcionadas para a sua construção no universo das práticas cotidianas, em si mesmas políticas, coletivas.” (CÉSAR, 2002, p. 75)

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante das reflexões elucidadas sobre os conceitos de autoria, autonomia, protagonismo e da relação destes termos com a escrita indígena, bem como, da importância da ressignificação dos dois primeiros termos, podemos concluir que o papel da autoria indígena é bem mais profundo do que compreender como se dá esse processo de produção autoral e como ele se configura nos espaços hegemônicos e de produção de intelectualidades e saberes.

Discutir sobre autoria dentro da perspectiva de uma escrita indígena convida-nos a também pensarmos em conceitos como ato responsivo, apresentado pelas concepções Bakhtinianas acerca de autoria. Quando um conteúdo de produção escrita passa a partir de uma construção autoral ela encontra-se com esse ato responsivo de que nos fala Bakhtin, pois, quem

escreve, se reconhece naquilo que escreve, é parte das vivências que ali estarão relacionadas e reconhece o papel daquilo que ali estará posto. Não somente o contempla, mas, o tem como base de sua história relacionada à história do outro, numa unicidade que permite com que haja a valorização de uma consciência de afirmação. Neste espaço de fala, não existem suposições, as representações, existe acima de tudo uma construção do ser, em sua compreensão da responsabilidade para com outro, na mesma perspectiva em que se reconhece no outro. Nessa medida, podemos refletir com os estudos de Bakhtin:

Essa divisão valorativa arquitetônica do mundo entre mim e aqueles que são todos os outros para mim não é passiva nem fortuita, mas ativa e de dever. Essa arquitetônica é tanto alguma coisa dada como alguma coisa a-ser-realizada, porque é a arquitetônica de um evento. Ela não é dada como uma arquitetônica dada e enrijecida, na qual eu estou colocado passivamente. É o plano ainda por-ser-realizado, da minha orientação do Ser-evento ou uma arquitetônica que se realiza incessantemente e ativamente através da minha ação responsável, construída pela minha ação e possuindo estabilidade apenas na responsabilidade da minha ação. O dever concreto é um dever arquitetônico: o dever de realizar o único no Ser-evento único. E ele é determinado antes e acima de tudo como uma contraposição entre o eu e o outro. (BAKHTIN, 1993, p. 92)

Portanto, o ato responsivo coaduna com aquilo que os povos indígenas compreendem como uma ação coletivizada, este olhar sobre aquilo que somos, não somente como indivíduos, mas como parte desse todo constituído de tantas outras partes. Assim, a escrita como produção de autoria é também um distanciamento desse eu individualizado, ela corrobora com a proposta de trazer voz, ocupar lugar, promover resistência, enlaçando caminhos de lutas que certamente se encontrarão, entre o movimento cultural, político, social, artístico e intelectual. São todas essas, formas de dar visibilidade a esses povos outrora invisibilizados ou colocados à margem, ou quando deixados vir à tona, terem suas imagens e história apresentadas de maneiras equivocadas.

A autoria indígena por meio da escrita traz consigo os desafios comuns a qualquer tentativa por parte dos povos indígenas, de falarem, de estarem ali. Por isso considerar todas essas perspectivas de escrita e autoria, autonomia e

protagonismo tornam-se uma pauta importante de nossas pesquisas e produções.

É preciso que o domínio de novas ferramentas também se insira nesses espaços de tantos enfrentamentos, se elas serão eficazes em seus propósitos não é algo alcançável para o momento, mas refletir sobre essa necessidade é repensar diálogos epistemológicos. Seja ao som dos marakás ou através dos ecos das vozes autorais, o caminho da resistência será sempre maior do que o seu horizonte. Assim como a força da formiga não está na folha que sozinha carrega, mas no que todas elas juntas são capazes de produzir, a força da autoria não estará numa escrita isolada, mas naquilo que essas produções representarão para um grupo maior.

REFERÊNCIAS

- BAKHTIN, Mikhail. **Para uma filosofia do ato**. Tradução de Carlos Alberto Faraco e Cristóvão Tezza, 1993. Texto completo da Educação americana. p. 92
- CESAR, América Lúcia Silva. **Lições de Abril: A construção da autoria entre os Pataxó de Coroa Vermelha**. Salvador: Editora Edufba, 2011. p. 85-92.
- DORRICO, Júlie. DANNER, Leno Francisco. CORREIA, Heloísa Helena Siqueira. DANNER, Fernando (Orgs). **Literatura Indígena Brasileira Contemporânea, Criação, Crítica e Recepção**. Porto Alegre, RS. Editora Fi, 2018.
- FERREGUETT, Cristhiane. **Relações dialógicas em revista infantil: processo de adultização de meninas**. 2014. 243f. Tese (Doutorado em Letras) – PUCRS, Porto Alegre, 2014.
- FOCAULT, Michel. **O que é o autor**. Fevereiro de 1969
- SPIVAK, Gayatri Chakravorty. **Pode o Subalterno Falar?** Belo Horizonte: Editora UFMG, 2010.